

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: DIREITO

Ano: 2016

Período: 3º

Disciplina: Direito Penal I

Aulas Teóricas: 108 h

Aulas Práticas: 0h

Carga Horária: 108h

Docente:

Introdução ao Direito Penal. Fontes do Direito Penal . Da Norma Penal. Interpretação e Integração da Lei Penal. Princípios Limitadores e Fundamentais. Aplicação da Lei Penal – Conceito e Evolução da Teoria do Crime- Conduta. Tipo Penal- Tipo Doloso- Tipo Culposo- Relação de Causalidade. Consumação e Tentativa- Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz- Arrependimento Posterior- Crime Impossível- Agravação pelo Resultado- Erro de Tipo- Ilicitude (ou Antijuridicidade). Culpabilidade. Concurso de Pessoas

OBJETIVOS DA DISCIPLINA NO CURSO

Objetivos Gerais: Reconhecer conceitos e princípios básicos do fenômeno jurídico e suas respectivas implicações a partir da compreensão da dogmática penal;

* Possibilitar o conhecimento da estrutura do Código Penal Brasileiro e seu significado a partir de um exercício reflexivo através dos temas ministrados;

* Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre unidades ministradas, a fim de desenvolver raciocínio crítico acerca da valoração da importância do Direito Penal dentre os diversos ramos da ciência jurídica

Objetivos Específicos:

- Buscar destacar a importância do Direito Penal – Parte Geral -na garantia dos Direitos fundamentais individuais e coletivos, sob a observância dos princípios orientadores do Direito Penal em especial da dignidade da pessoa humana, para a formação de um jurista ciente de seus direitos e defensor dos direitos humanos, e da Justiça Social;
- Trabalhar com desenvolvimento da habilidade dos acadêmicos para a aplicação dos princípios as questões práticas, em combinação com a doutrina e jurisprudências dominantes;
- Aprimorar o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, propiciando aprendizagem e possibilitando a interpretação das leis penais com raciocínio jurídico;
- Desenvolver o domínio do vocabulário técnico-jurídico na esfera penal;
- Apresentar novas tendências do Direito Penal com base na doutrina e jurisprudência dominante;
- Formar um profissional competitivo com olhos na ciência penal do futuro, comprometido com sua comunidade com olhos atentos nos problemas fáticos, sociais e culturais em conjunto com o Direito Penal;

TEMAS DE ESTUDO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL;

- 1.1. Finalidade do Direito Penal;
- 1.2. Códigos Penais do Brasil;
- 1.3. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo;

2. BREVE HISTORIA DO DIREITO PENAL

3. FONTES DO DIREITO PENAL;

- 3.1. Conceito;
- 3.2. Espécies;

4. DA NORMA PENAL

- 4.1. Introdução
- 4.2. Classificação das Normas Penais
- 4.3. Anomia e Antinomia
- 4.4. Concurso ou Conflito aparente de normas penais

5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL

- 5.1. Introdução
- 5.2- Espécies de Interpretação
- 5.3. Interpretação Analógica
- 5.4. Interpretação conforme a Constituição
- 5.5. Analogia

6. PRINCÍPIOS LIMITADORES E FUNDAMENTAIS;

- a) Princípio da Lesividade
- b) Princípio da Adequação Social
- c) Princípio da Insignificância
- d) Princípio da Individualização da Pena
- e) Princípio da Proporcionalidade
- f) Princípio da Responsabilidade Pessoal
- g) Princípio da Limitação das Penas
- h) Princípio da Culpabilidade
- i) Princípio da Legalidade
- j) Princípio da Extra- Atividade da Lei Penal
 - 1. Tempo do crime;
 - 2. Extra-atividade da lei penal- Espécies
 - 3. *Novatio legis in melius e novatio legis in pejus*
 - 4. *Abolitio criminis*
 - 5. Sucessão de leis no tempo
 - 6. Combinação de Leis
 - 7. Competência para aplicação da Lex mitior
 - 8. Apuração da maior benignidade da lei
 - 9. Irretroatividade da *Lex gravior*
 - 10. Aplicação da *Lex mitior* durante período de *vacatio legis*

k) Princípio da Territorialidade

- 1. Lugar do crime
- 2. Territorialidade

l) Princípio da Extraterritorialidade

5. APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- 5.1. Eficácia da sentença estrangeira
- 5.2. Contagem de Prazo;
- 5.3. Legislação Especial

6. CONCEITO E EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME

- 6.1 . Noções fundamentais
- 6.2 . Infração Penal
- 6.3 . Diferença entre crime e contravenção
- 6.4 . Ilícito penal e ilícito civil;
- 6.5 . Conceito de crime;
- 6.6 . Conceito analítico de crime
- 6.7 . Classificação das infrações penais

7. CONDUTA

- 7.1. Conceito de ação- causal, final e social
- 7.2 Condutas dolosas e culposas
- 7.3 Condutas comissivas e omissivas
- 7.4 . Ausência de conduta
- 7.5 Fases da realização da ação

8. TIPO PENAL

- 8.1 .Conceito
- 8.2 .Tipicidade Penal= Tipicidade formal+ tipicidade conglobante
- 8.3 Adequação típica
- 8.4 . Fases da Evolução do Tipo
- 8.5 . Teoria dos elementos negativos do tipo
- 8.6 . Injusto Penal (ou típico)
- 8.7 . Tipo Básico e tipos Derivados
- 8.8 . Tipos normais e Tipos Anormais
- 8.9 . Tipos Abertos e Tipos Fechados
- 8.10Tipos Congruentes e Incongruentes
- 8.11Tipo Complexo
- 8.12Elementares
- 8.13Elementos que integram o tipo
- 8.14Elementos específicos dos tipos penais
- 8.15Funções do tipo

9. TIPO DOLOSO

- 9.1 Dispositivo legal
- 9.2 Conceito de dolo
- 9.3 O dolo no Código Penal
- 9.4 Teorias do Dolo
- 9.5 Teorias adotadas pelo Código Penal
- 9.6 Espécies de dolo
- 9.7 Dolo geral
- 9.8 Dolo genérico e dolo específico
- 9.9 Dolo normativo
- 9.10 Dolo subsequente
- 9.11 Ausência de dolo em virtude de erro de tipo
- 9.12 Dolo e crime de perigo

10. TIPO CULPOSO

- 10.1 Dispositivo legal
- 10.2 Conceito e elementos do delito culposos
- 10.3 Imprudência, imperícia , negligência
- 10.4 Crime culposos e tipo aberto

- 10.5 Culpa consciente e culpa inconsciente
- 10.6 Diferença entre culpa consciente e dolo eventual
- 10.7 Culpa imprópria
- 10.8 Compensação de culpas
- 10.9 Excepcionalidade de crime culposos
- 10.10 Culpa presumida
- 10.11 Tentativa nos delitos culposos

11. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

- 11.1 Dispositivo Legal
- 11.2 Relação de causalidade
- 11.3 Do resultado do caput do art. 13 do Código Penal
- 11.4 Teorias da relação de causalidade
- 11.5 Regressão em busca das causas do resultado
- 11.6 Ocorrência do resultado
- 11.7 Espécies de causas- absoluta ou relativamente independentes
- 11.8 Omissão como causa do resultado
- 11.9 Crimes omissivos próprios e impróprios
- 11.10 Relevância da omissão
- 11.11 A posição de garantidor
- 11.12 Teoria da imputação objetiva

12. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA

- 12.1 Dispositivo legal
- 12.2 *Inter criminis*
- 12.3 Consumação
- 12.4 Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios
- 12.5 Diferença entre atos preparatórios e atos de execução
- 12.6 Tentativa e adequação típica de subordinação mediata
- 12.7 Elementos que caracterizam o crime tentado
- 12.8 Tentativa perfeita e imperfeita
- 12.9 Tentativa e contravenção penal
- 12.10 Crimes que não admitem tentativa
- 12.11 Tentativa e crime complexo
- 12.12 Tentativa branca
- 12.13 Teorias sobre a punibilidade do crime tentado
- 12.14 Punição da tentativa como delito autônomo
- 12.15 Tentativa e aplicação da pena
- 12.16 Tentativa e dolo eventual

13. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ

- 13.1 Dispositivo legal
- 13.2 Desistência voluntária
- 13.3 Arrependimento Eficaz
- 13.4 Natureza jurídica da Desistência voluntária e do Arrependimento Eficaz
- 13.5 Diferenças entre ambos
- 13.6 Não impedimento da produção do resultado

14. CRIME IMPOSSÍVEL

- 14.1 Dispositivo Legal
- 14.2 Introdução
- 14.3 Teorias sobre o crime impossível
- 14.4 Absoluta ineficácia do meio

- 14.5 Meio relativamente ineficaz
- 14.6 Absoluta impropriedade do objeto
- 14.7 Objeto relativamente impróprio
- 14.8 Diferenças entre crime impossível e crime putativo

15. AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO

- 15.1 Dispositivo legal
- 15.2 Art. 19 do Código Penal
- 15.3 Crimes qualificados pelo resultado
- 15.4 Finalidade do art. 19 do Código Penal
- 15.5 Crítica aos crimes preterdolosos

16. ERRO DE TIPO

- 16.1 Dispositivo legal
- 16.2 Conceito de erro e sua distinção da ignorância
- 16.3 Erro de tipo
- 16.4 Erro de tipo essencial e acidental
- 16.5 Descriminantes putativas

17. ILICITUDE (OU ANTIJURIDICIDADE)

- 17.1 Conceito
- 17.2 Ilícitude formal e material
- 17.3 A ilicitude no conceito analítico de crime
- 17.4 Causas de exclusão da ilicitude
- 17.5 Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão
- 17.6 Causas legais de exclusão da ilicitude
- 17.7 Estado de necessidade
- 17.8 Legítima defesa
- 17.9 Meios necessários
- 17.10 Moderação dos meios necessários
- 17.11 Atualidade e iminência da agressão
- 17.12 Defesa de direito próprio ou de terceiros
- 17.13 Elemento subjetivo na legítima defesa
- 17.14 Legítima defesa e agressão a inimputáveis
- 17.15 Legítima defesa recíproca
- 17.16 Legítima defesa putativa versus legítima defesa autêntica
- 17.17 Legítima defesa versus estado de necessidade
- 17.18 Excesso de legítima defesa
- 17.19 Legítima defesa sucessiva
- 17.20 Legítima defesa e *aberratio ictus*
- 17.21 Ofendículos
- 17.22 Efeitos civis da legítima defesa
- 17.23 Estrito cumprimento do dever legal
- 17.24 Exercício regular de direito

18. CULPABILIDADE

- 18.1 Conceito
- 18.2 Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito
- 18.3 Elementos da culpabilidade na concepção finalista
- 18.4 Imputabilidade (capacidade de culpabilidade)
- 18.5 Potencial consciência sobre a ilicitude do fato
- 18.6 Exigibilidade de conduta diversa
- 18.7 Co-culpabilidade

19. CONCURSO DE PESSOAS

- 19.1 Introdução
- 19.2 Requisitos para o concurso de pessoas
- 19.3 Teorias sobre o concurso de pessoas
- 19.4 Autoria
 - 19.4.1 Introdução
 - 19.4.2 Conceito restritivo do autor
 - 19.4.3 Conceito extensivo do autor
 - 19.4.4 Teoria do domínio do fato
 - 19.4.5 Co-autoria
 - 19.4.6 Autoria direta e indireta
 - 19.4.7 Autoria mediata e crimes de mão própria
 - 19.4.8 Co- autoria e crimes de mão própria
 - 19.4.9 Autor intelectual
 - 19.4.10 Autor de determinação
 - 19.4.11 Co- autoria sucessiva
 - 19.4.12 Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida
- 19.5 Participação
 - 19.5.1 Introdução
 - 19.5.2 Cumplicidade necessária
 - 19.5.3 Teorias sobre a participação
 - 19.5.4 Instigação a autores
 - 19.5.5 Participação punível
 - 19.5.6 Tentativa de participação
 - 19.5.7 Participação em cadeia (participação da participação)
 - 19.5.8 Participação sucessiva
 - 19.5.9 Participação por omissão
 - 19.5.10 Imputabilidade da participação
 - 19.5.11 Participação de menor importância
 - 19.5.12 Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta)
- 19.6 Punibilidade no concurso de pessoas
- 19.7 Circunstâncias incomunicáveis
- 19.8 Crimes multitudinários
- 19.9 Concurso de pessoas em crimes omissivos
- 19.10 Concurso de pessoas em crimes culposos

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada mediante realização de uma prova específica sobre a matéria ministrada por bimestre com peso total 4,0, uma avaliação interdisciplinar por bimestre com peso total 3,0 trabalhos diversos sobre temas controvertidos da disciplina com peso total 3,0, totalizando nota 10,0.

METODOLOGIA

As aulas serão expositivas e dialogadas, utilizando-se com frequência dos seguintes recursos: pesquisa dirigida, estudo de casos, eventuais trabalhos em grupo ou individual, prova escrita, pesquisa em biblioteca, seminários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBOSA, Marcelo Fortes. Direito Penal Atual: (Estudos). São Paulo: Malheiros Ltda, 1996. 125 p.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: Parte Geral, Vol.1. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 754 p.
- BUSATO, Paulo César. Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2013.
- GOMES, Luiz Flávio. Erro de Tipo e Erro de Proibição. 5ªed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2001. 252 p.
- JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: Vol. 1- Parte Geral. 26ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2003. 754 p.
- LUIZI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais. 2ªed. rev. aum. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. 327 p
- MIRABETE, Julio Fabbrini; RENATO N. FABBRINI. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2007. 2930 p.
- PINTO, Antônio de Toledo. Código Penal. 42º ed. São Paulo, SP: Ed. Saraiva, 2003. 719 p.
- ROSA, Alexandre Moraes da. O que é Garantismo Jurídico?: teoria geral do direito. Florianópolis, SC: Ed. Habitus, 2003. 112 p.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI. Manual de Direito Penal Brasileiro: Vol. 1 - Parte geral. 7ª ed. São Paulo,SP: Revista dos Tribunais, 2002. 890 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro. 8ªed. Rio de Janeiro,RJ: Ed.Revan, 2001. 136 p.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. 3ªed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002. 766 p.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal: Parte Geral. 16ªed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 2003. 585 p.
- GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal: Parte Geral - Introdução. São Paulo, SP: Revistas dos Tribunais, 2003. 310 p.
- TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. 5ªed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2002. 362 p.

Telêmaco Borba, 05 de fevereiro de 2016.

Gilmara Aparecida Rosas Takassi
Coordenadora